

DOI: 10.46943/X.CIEH.2023.01.094

# SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS IDOSOS<sup>1</sup>

*Alessandra Teixeira da Cunha Silva<sup>2</sup>*

*Maria Conceição Sarmiento Padial Machado<sup>3</sup>*

*José Fernando Siqueira da Silva<sup>4</sup>*

## RESUMO

Este texto tem como proposta o estudo sobre o processo de envelhecimento populacional com recorte de gênero e as demandas decorrentes dessa nova realidade que se impõe e tende a prevalecer continuamente nas próximas décadas. A relação sociedade civil e Estado é orgânica e não há possibilidade do debate sobre esse envelhecimento populacional sem o reconhecimento do Estado, da sua trajetória histórica, da sua abrangência no reconhecimento e atendimento dos direitos sociais e seus limites estruturais. A categoria gênero emerge na realidade concreta com a pesquisa do IBGE que demonstrou maior longevidade entre as mulheres e a constatação de que as mulheres, ainda envelhecidas, permanecem no mercado de trabalho e mantém o invisibilizado trabalho do cuidado para a manutenção de suas famílias. A pesquisa qualitativa tem fundamentação teórica em autores

- 1 Este texto trata-se de um recorte da dissertação de mestrado da autora principal, defendido no ano de 2021.
- 2 Assistente Social. Doutoranda pelo programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Franca). E-mail: alessandra.cunha@unesp.br e ateixeiracunha@gmail.com.
- 3 Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: mcspadial@gmail.com e mcspadial@pucgoias.edu.br
- 4 Assistente Social. Professor Titular do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca. Email: jose.siqueira-silva@unesp.br

como Marx (2010), Engels (1977), Haddad (2016), Camarano e Pasinato (2004), dentre outros; e documentos do IBGE e CEPAL (2017). Como resultado da pesquisa fica constatado que há de se considerar a exploração da classe dominante e mesmo no interior da classe trabalhadora, dentre as pessoas exploradas ocorre uma disparidade entre as mulheres idosas mais empobrecidas em relação aos trabalhadores em geral. Essa constatação retorna ao papel do Estado, suas atribuições, competências e limites estruturais decorrentes do sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Estado, Envelhecimento populacional, Mulher idosa trabalhadora, Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Sob a ótica do Serviço Social, este artigo versa sobre o envelhecimento populacional na sociedade brasileira contemporânea de um país em desenvolvimento com um Estado como uma instituição contraditória comprometida com valores capitalistas em constante conflito com os valores humanos. A fundamentação teórica metodológica é o método histórico-dialético, pautado no movimento da contradição capital e trabalho, exploração do trabalho e luta de classes, conjuntura onde a valorização do mercado ocorre em detrimento o direito à qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis como ocorre com as pessoas idosas do gênero feminino. Primeiramente, é apresentado o debate histórico sobre a implementação do Estado Moderno. Isso ocorre mediante o desenvolvimento da sociabilidade com a crescente valorização da riqueza e a presença de conflitos é o indício da necessidade de uma instituição que assegurasse os interesses individuais e que pudesse estabelecer mecanismos de controle em meio às tensões para instaurar ordens com poderes políticos, ideológicos. Portanto, a correlação das forças políticas são legitimadas pela sociedade civil e política por meio do Estado. Nesse sentido, faz-se necessário a análise das formas de governo que tanto influenciaram questões políticas, econômicas e sociais.

Em seguida, a questão intergeracional de gênero emerge no sistema capitalista contemporâneo apresentando uma demanda que exige uma ação efetiva do Estado por meio de políticas públicas específicas para uma parcela da população. Ao mesmo tempo, uma sociedade burguesa que não reconhece essas políticas como investimentos necessários mas como “gastos” que podem prejudicar o desenvolvimento priorizado pelo mercado.

E, por fim, é exposta a investigação dos desafios do envelhecimento populacional contínuo até as próximas décadas no contexto das relações de sociolaborais e as contradições do Estado brasileiro, onde a realidade concreta é apreendida com a constatação de que a maioria das pessoas idosas que permanecem no mercado de trabalho são mulheres que

lutam pela sua manutenção de seus familiares. Assim, uma breve análise é realizada sobre os elementos que contribuem para essa condição.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com levantamento e estudo bibliográfico, documental e também dados primários e secundários. A configuração metodológica foi delineada por meio da apreensão da realidade concreta “que compreende a estrutura da realidade social com uma totalidade concreta, uma unidade na diversidade, um complexo constituído de complexos subordinados que a razão deve reconstituir mediante mediações” (TEIXEIRA, 2008, p. 28). As mediações transpõem o movimento das contradições das relações humanas, da natureza do ser social: ontológica e reflexiva. Essa interlocução intermedeia as relações sociais, na análise da realidade social da categoria “trabalho” e “envelhecimento”, por meio de aproximações sucessivas.

Para a construção e análise dos nexos e das mediações da permanência da pessoa idosa no mundo do trabalho, sua condição sócio-histórica e laborativa na sociedade contemporânea, optou-se pela abordagem qualitativa, na qual “cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo diversas referências epistemológicas” (SEVERINO, 2016, p. 125). A abordagem qualitativa tem uma dimensão política inserida na realidade do sujeito e vinculada ao contexto social, ao grupo a que pertence e/ou com o qual convive. Isso significa que “A pesquisa deve destinar-se não só a compreender as questões estruturais, mas numa perspectiva de totalidade, o processo de reprodução material e espiritual do ser social” (BOURGUIGNON, 2008, p. 303). Para o desenvolvimento da pesquisa, foram considerados materiais impressos e disponíveis on-line, tais como artigos científicos, *e-books*, dissertações, documentos, legislações, teses e outros. O estudo foi desenvolvido e compreendeu uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental.

Além disso, apreende-se a realidade social das pessoas idosas e ativas na sociedade brasileira contemporânea movidas pela necessidade de sobrevivência, inseridas em um sistema capitalista de produção

e reprodução das relações sociais, contextualizada a uma realidade que é um constante devir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados propostos, inicialmente é apresentado o debate sobre o Estado como instituição com o objetivo de equacionar os conflitos da sociedade contemporânea e que numa concepção liberal submete as necessidades coletivas aos interesses restritos de uma classe que detem os meios de produção e atende os interesses do mercado com a valorização da produção e da propriedade privada. Posteriormente é abordado o envelhecimento e o olhar do serviço social sobre a exploração do trabalho da pessoa idosa com recorte de gênero.

### A INTERPRETAÇÃO DO ESTADO COM FUNDAMENTO NA TEORIA SOCIAL MARXISTA DE MARX E ENGELS

Desde a Antiguidade, estudiosos tentam entender o conceito de Estado com questionamentos sobre suas formas, estruturas societárias e organização. De acordo com Montañó e Durigueto (2010), a análise do Estado não tem origem na era moderna. Desde a Grécia antiga, já existiam preocupações e estudos sobre o Estado, o governo e suas relações com o povo. Os autores afirmam que os fundamentos do marxismo sobre o Estado tiveram como princípio o pensamento desenvolvido por Georg Wilhelm Friedrich Hegel<sup>5</sup> sobre as relações econômicas e os interesses estatais. Também Engels desenvolve uma pesquisa sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado, onde descreve que,

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito

---

5 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830) foi filósofo idealista da Alemanha do século XVIII e XIX e fundador da teoria hegeliana de que a realidade se expressa por categorias. A dialética marxiana está ancorada no pensamento de Hegel, com a devida ressalva de que a teoria de Marx é pautada no materialismo e a de Hegel, no idealismo (MARXIST, 2020).

delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes (ENGELS, 1977, p. 193-194).

Historicamente, a partir do desenvolvimento econômico capitalista contemporâneo, o Estado contribui com a manutenção da sociedade de classes em que a classe detentora dos meios de produção explora a classe que vende sua força de trabalho. E, umas das características inerentes ao Estado é a defesa da propriedade privada, isto é

[...] em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas, o Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente. (MARX; ENGELS, 1998, p. 74).

Esses autores afirmam que o Estado mantém as relações políticas para a manutenção da burguesia com o apoio da mesma, assim como representa a classe trabalhadora no enfrentamento pelas lutas de classes.

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta (MARX; ENGELS, 1998, p. 74)

As relações de produção expressam os interesses de uma classe nas relações sociais de produção. “Assim, a burguesia, ao ter controle dos meios de produção e ao ter controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder

ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2010, p. 36).

O Estado contemporâneo é uma construção histórica que se funda nos antagonismos das classes e do capital. Nesse entendimento, ele regulariza ações, normas e direitos, tornando o modo de produção capitalista mercantilizado. Sendo assim, a propriedade privada adquire um valor econômico e humano, portanto, o sistema capitalista “torna” essas mercadorias imprescindíveis para a reprodução da vida. Assim, a propriedade privada torna-se uma mercadoria que atende às necessidades humanas e tem um valor social:

[...] o reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada de riquezas, uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 1977, ps. 1.873).<sup>6</sup>

Segundo o autor, com a constituição do Estado, cidadãos e cidadãs foram divididos em classes, entre quem possuía menos ou mais terra. O privilégio sempre foi de quem possuía mais extensão de terras, a essas pessoas era concedido o direito de ocuparem cargos públicos. O Estado, portanto, se configura como espaço contraditório das lutas de classes (proletariado e burguesia). Nessa luta, estão expostas as relações do modo capitalista, econômicas, políticas, de campo ideológico, entre outras. O Estado é um “falso” mediador/intermediador da justiça social e da equidade entre as classes e tem como traços característicos

---

6 Durante a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas obras disponíveis no *Kindle*, aplicativo de leitura da Amazon. Nesse recurso, ao invés de aparecer o número de páginas, aparece a posição em que está o trecho. Como nas normas de Trabalho Acadêmico da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ainda não constam recomendações de uso para a palavra “posição”, foi utilizada em todo o texto a abreviatura “ps.” para representar a localização das citações utilizadas.

essenciais a existência de uma força pública separada da massa do povo (ENGELS, 1977).

É necessário afirmar que o Estado contemporâneo assume o papel de Estado 'dominante e dirigente' sobre a exploração da classe trabalhadora e o acúmulo de capital. Somado a isso, contribui para exploração da classe trabalhadora, desigualdade social e geração de riqueza de maneira desigual.

Em relação à divisão social do trabalho, o Estado surge para intermediar as relações, quando também emerge a luta de classes. Pode-se dizer que o Estado existe como forma de legitimação da classe burguesa, na qual apresenta as manifestações das contradições das classes na sociedade contemporânea.

O Estado capitalista contemporâneo ameniza, invisibiliza e naturaliza a contradição do sistema capitalista: a riqueza da sociedade e a condição dos detentores de riqueza produzida socialmente transforma com a transformação do trabalho em mercadoria é considerado mérito de uma pequena parcela da população merecedora de privilégios. Nessa concepção, a mercadoria e o trabalho humano podem ser entendidos com uma particularidade em comum: ambos são vendidos, um é produto da força de trabalho do indivíduo, e este despense sua energia como força de trabalho.

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam substituindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa. O Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete nas mãos de poderes estranhos a ele. (MARX, 2010, p. 40).

Para Marx (2010), a natureza do ser humano é social e histórica. O Estado moderno é uma instituição para organizar a vida em sociedade e

tentar equacionar a contradição capital e trabalho. Para o autor, embora o Estado moderno tenha a incumbência de equacionar as relações sociais de produção, o homem mantém em si “dupla existência – celeste e terrestre, não só no pensamento, na consciência, mas também na realidade, na vida” (MARX, 2010, p. 40). O ser é explorado e aviltado ao ser fragmentado, pois ele é um ser social, individual e coletivo que depende das relações sociais para produção e reprodução da vida. No âmbito político, o indivíduo é um ser individual e, na sociedade, um ser coletivo.

## **O ENVELHECIMENTO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS IDOSOS FRENTE AO ESTADO BRASILEIRO**

O Estado, ao ser foi criado pela sociedade em meio às contradições do capital e do trabalho, visa garantir os mínimos direitos para que as pessoas possam suportar a exploração – proveniente do mundo do trabalho – para continuarem a produção de mercadorias, mais-valia e consequentemente mais lucro. Isso requer a regularização e valorização da propriedade privada e tutela dos direitos e deveres de cidadãos e cidadãs por meio de formas sistemáticas de controlar as garantias constitucionais e os direitos coletivos e individuais. Marx e Engels (1998, p. 29) argumentam que é “a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais dos indivíduos e do conjunto”.

O aparato estatal, instituído como órgão máximo criado pela sociedade, por meio do ordenamento jurídico, impõe regras de dominação, coerção e repressão sobre a classe trabalhadora. Nesse contexto, o Estado é entendido como uma composição de fatores econômicos, políticos, sociais, culturais que se complementam, havendo um tensionamento de forças entre ele e a sociedade. Para Marx e Engels (1998, p. 74), o Estado é

[...] a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as

instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma de política. Daí uma ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz à lei.

Embora o Estado não seja determinante da sociedade, mas sim, é determinado por ela (MARX; ENGELS, 1998), contraditoriamente, o Estado não atua em prol da sociedade, mas de interesses de uma minoria, a classe dominante, a favor do sistema capitalista. No contexto histórico brasileiro, em meio aos governos coronelistas, oligárquicos e populistas, os papéis decisórios sempre foram negados à população, cabendo à gestão governamental o controle das ações do Estado, exercido pela classe dominante, com a subordinação dos interesses da classe dominada.

Segundo Bravo (2012, p. 132), “[...] há que se considerar que a participação social passa de um *status* de proibição, no período da ditadura, a um *status* de obrigatoriedade, impulsionado por um arcabouço legal assegurado na Constituição de 1988, fruto de lutas sociais”. Para a autora, nos anos de 1980, havia um entendimento de que as ações do Estado e a sociedade civil eram categorias homogêneas. Contudo, a sociedade e o Estado exercem uma correlação de forças com categorias contraditórias – capital e trabalho – a favor do grande capital, representado pelas classes dominantes.

Para Souza (2010, p. 37), “[...] o Estado é sempre uma instância em desfavor dos trabalhadores, já que pode regular, mas nunca extinguir, essa mediação fundamental: a exploração do trabalho pelo capital”. Sendo assim, a classe dominante tem o controle das ações estatais e da sociedade, portanto, o controle social é exercido por um grupo de pessoas sob outro, constituindo uma forma de poder. Além disso, também pode-se entender o controle social por meio de legislações, estatutos, valores sociais, religiosos, entre outros.

A organização da classe trabalhadora em movimentos sociais, associações, sindicatos e demais instrumentos organizativos teve um papel fundamental para que o controle social, por meio de Conselhos, fóruns,

conferências e audiências públicas, tivesse espaço na Constituição Federal de 1988, como estabelece o art. 5º, inciso, XXXIII:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

Apesar da importância da Constituição de 1988 para a redemocratização do país, na própria letra da lei, já se vê a separação entre Estado e sociedade. Essa legislação deixa várias lacunas, não atende às demandas da classe trabalhadora, assegurando em específico o interesse particular e, também, nas suas entrelinhas, intencionalidades políticas a favor do sistema capitalista.

No capitalismo contemporâneo, as transformações no mundo do trabalho têm reflexos na classe trabalhadora, em específico na população idosa. Para Lukács (2018), o “ser social” não é uma categoria abstrata, na medida em que é compreendido como totalidade concreta, dialeticamente articulada em totalidades parciais. É essa estrutura, constitutiva do ser social, que ele designa como “complexo de complexos”. Nesse sentido, o processo categorial do envelhecimento populacional passa a ser entendido e interpretado como um tipo de “complexo dos complexos”, ou seja, complexos dinâmicos do ser social que são determinados por muitos fatores: intervenção do Estado por meio de políticas públicas sociais, processo de transição demográfica, arranjos familiares, contextos sociais, culturais, psicológicos, de ordem cronológica, estética, entre outros.

Desde o final da década de 1970 e o começo dos anos 1980, em países desenvolvidos, já havia a preocupação com o envelhecimento populacional mundial. Para Haddad (2016, p. 140), “[...] a velhice é analisada fragmentariamente pelos teóricos, tratada como se não fosse produto de uma totalidade própria, nem possuísse uma história, fruto das contradições da sociedade capitalista”. Segundo Marx (2017), a totalidade é o movimento do real com seus nexos e mediações que possibilitam a apreensão da realidade concreta dos seres sociais, nos

contextos histórico, econômico, social, resultado de múltiplas determinações sociais, de seu movimento dialético, fruto das relações sociais contraditórias entre ser humano, trabalho e sistema capitalista.

No discurso do Estado, em especial de políticos neoliberais, o país “envelhecido” onera os cofres públicos, subestimando/estigmatizando a figura de trabalhadores e trabalhadoras idosos, reforçando o discurso do capitalismo de que se não produz não é útil ao capital (MARX, 2017). Com a atual conjuntura societária, política, econômica e as mudanças dos arranjos familiares, muitas dessas pessoas idosas são chefes de família que contribuem ou já contribuíram no trabalho cotidiano e para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, conforme explica Haddad (2016), à medida que a população envelhece, a sociedade desconsidera a contribuição dessas pessoas idosas no âmbito societário, sejam as contribuições laborais manuais e intelectuais, sejam suas vivências e experiências, como também o faz com a luta de classes a favor do sistema capitalista.

Em linhas gerais, é preciso afirmar que a subalternidade do Estado brasileiro diante de outros países, no seu percurso histórico, e a sua dependência política e econômica se perpetuam por séculos. Essa dependência revela a formatação de um controle exercido pelo poder público sobre a classe trabalhadora, com rebatimento geracional e de gênero.

## **O SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS IDOSAS**

O resultado encontrado neste estudo refere-se à análise dos dados sistematizados pela autora principal com base na projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o envelhecimento populacional até 2060. Estas informações registradas no Gráfico 1 com a demonstração de que as curvas sobre o número de mulheres e homens seguem paralelas mantendo uma constante diferença na expectativa de vida favorável às mulheres que varia de 6 a 7 anos sem redução substancial. A redução da população masculina em relação à feminina nas faixas

etárias mais altas, segundo o IBGE, tendem a manter-se nas próximas décadas (BRASIL, 2020).

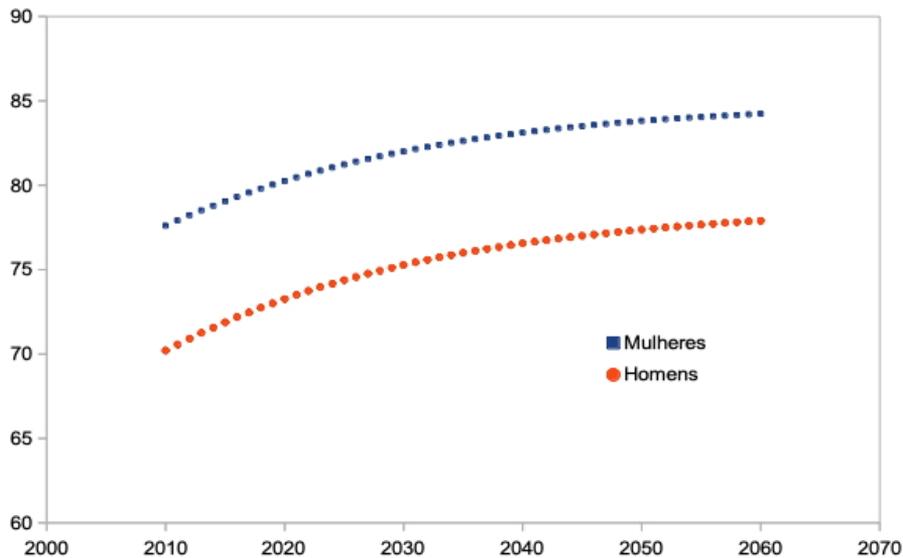
O aumento da expectativa de vida das mulheres foi comprovado pelo IBGE em 2023, inclusive com um número maior de mulheres no mercado de trabalho. As mulheres trabalhadoras idosas – assim como ocorre em outras faixas etárias – além do trabalho sociolaborativo remunerado, ainda desenvolvem atividades cotidianas, o “cuidado”, com netos, pessoas idosas entre outros.

Estudos e documentos como da CEPAL (2017) e de Alcântara, Camarano e Giacomini (2016), indicam que uma pessoa nascida em uma família com pouca escolaridade tende a repetir esse ciclo. Constata-se, portanto, que essas pessoas necessitam romper os círculos que, muitas vezes, levam ao desemprego e à extrema pobreza. Ademais, na regulação de homens/mulheres requer do Estados ações efetivas para atender não só os direitos civis e políticos, mas estender a democracia ao atendimento dos direitos sociais igualitário a todas as pessoas com senso de justiça.

De acordo com o embasamento teórico e os dados oficiais disponibilizados neste estudo, a expectativa de vida da população brasileira tem aumentado com o desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico, sobretudo nas últimas décadas. Nesse contexto, é perceptível, por meio de apontamentos e estudos (CAMARANO; PASINATO, 2004; CEPAL, 2017), a predominância das mulheres idosas chefes de família no núcleo familiar, algo que gira “[...] em torno de 50% em países como Brasil, Uruguai e Venezuela. Algumas características dessas mulheres idosas chefes de família são designadas pelo critério de reconhecimento, autoridade e econômico”. A situação das mulheres trabalhadoras idosas brasileiras pode ser considerada similar a alguns países da América Latina e no Caribe, e a esperança de vida ao nascer dos homens é menor que a das mulheres (CEPAL, 2017).

O efeito é observado similarmente no Brasil, conforme mostra o Gráfico 1. No gráfico, observa-se que a diferença entre a esperança de vida de homens e mulheres.

**Gráfico 1** - Projeção da expectativa de vida ao nascer para homens e mulheres de 2010 a 2060



Nota: O eixo horizontal corresponde ao ano e o eixo vertical, à expectativa de vida projetada.

**Fonte:** Elaborado pela autora principal com base nos dados públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2020).

Esse gráfico demonstra que as curvas seguem paralelas até o ano de 2060, mantendo uma constante diferença na expectativa de vida das mulheres de 6 a 7 anos, sem redução substancial. O déficit da população masculina nas faixas etárias mais altas deve-se manter nas próximas décadas.

Hoje, em pleno século XXI, o trabalho de cuidado, em geral, fica restrito às atividades cotidianas das mulheres em qualquer etapa da vida como o cuidado das crianças e demais familiares. Entretanto, ainda se espera da mulher idosa “o cuidado” com quem dela precise (VITALE, 2010). Esse trabalho de cuidado é invisibilizado, pois um trabalho improdutivo que gera valor de uso, no campo da reprodução social, não produz mercadoria com valor de troca e riqueza. Essa forma de exploração é estrutural e ocorre também de “mulher para mulher”, sobretudo quando as próprias mulheres delegam os afazeres domésticos a outras mulheres, a filha não pode, a mãe assume, ou a avó, a tia, ou contrata uma mulher

para fazer esse trabalho. Isso é algo que precisa ser desnaturalizado em nossa sociedade.

Infelizmente, essa cultura de invisibilidade doméstica e familiar perpetua na cultura societária. Essa também é a condição da mulher trabalhadora idosa, no ambiente laborativo e no núcleo familiar, como sujeito de direitos. Ela ainda luta pela sua igualdade e emancipação política, nos espaços públicos e privados. Historicamente, a mulher foi submetida às diversas disparidades no mundo do trabalho, na sua condição de submissão aos papéis impostos a ela. As mulheres trabalhadoras idosas vivenciam um processo de envelhecimento diferente de outras. Muitas acompanharam as transformações societárias e a exploração da mulher/trabalhadora, considerando os diversos tipos de violência praticados contra elas: discriminação, salários não equiparados aos dos homens, baixa escolaridade, dupla/tripla jornada de trabalho, situação econômica em desvantagem ou nenhuma espécie de salário/retribuição pelos cuidados e auxílios ao marido, seus descendentes e demais familiares. Nesse entendimento, o envelhecimento populacional possui algumas características: cultural, familiar, social, “feminização da velhice” (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016; CAMARANO; PASINATO, 2004; CEPAL, 2017; DEBERT, 1999). Nesse sentido, “[...] as mulheres têm a esperança de vida maior que os homens em média de 7 anos (CEPAL, 2017). Assim, a condição de pessoa idosa passa a ser vista por uma dimensão de gênero. “As relações de gênero estão presentes na sociedade através de papéis sociais, atitudes e comportamentos e valores atribuídos tipicamente aos homens e mulheres” (BULLA; KUNZLER; ALVES, 2015, p. 5).

A mulher e o homem possuem características biológicas que definem “o sexo” ao nascimento, entretanto, o sexo não é determinante da identidade de gênero ou da orientação sexual. Isso indica que características biológicas nem sempre determinam o gênero feminino ou masculino. As desigualdades sociais e culturais entre gêneros devem ser desconstruídas também em relação à etariedade.<sup>7</sup>

---

7 Cabe lembrar que se encontra em análise, na Câmara dos Deputados, o texto legal que altera o Estatuto do Idoso, com alteração da idade de 60 para 65 anos para ser considerada



notar que esse estigma se reflete mais nas mulheres. Até mesmo as próprias pessoas idosas colocam limitações e dificuldades nesse percurso da vida.

Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio ao envelhecimento. E mais, não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno, visto que ele não se dá de forma isolada. O envelhecimento populacional é antes de tudo uma questão complexa. (PEREIRA, p., 2007, p. 244).

Por isso, cabe às pessoas que atuam nessa profissão tentar desconstruir e desnaturalizar a imagem da pessoa idosa, mostrando como é possível exercer a autonomia, o autoconhecimento e se dispor a descobertas e prazeres. Mas, antes, é preciso começar uma mudança social e cultural, mesmo que seja um processo lento e gradual, afinal, grande parte da população brasileira chegará a esse estágio da vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Moderno se constituiu como uma instituição necessária para enfrentar os conflitos decorrentes da contradição capital e trabalho e, desde a sua gênese no sistema capitalista, contribui com reprodução das relações sociais de produção pautada pela exploração da classe trabalhadora, divisão social do trabalho, valorização da propriedade privada e garantia dos interesses da classe dominante.

O desenvolvimento da sociabilidade humana associado ao desenvolvimento das políticas públicas e técnico-científico resultou em um envelhecimento da sociedade e tende a progredir pelas próximas décadas gerando um aumento contínuo e significativo da população de pessoas idosas, em especial de mulheres. Essa realidade materializa um demanda com necessidades específicas em relação à saúde, assistência social, cultura, lazer e todos os serviços historicamente disponibilizados.

Diante dessa realidade ocorre a intensificação das desigualdades envolvendo desigualdades de classe, como no interior da própria classe

trabalhadora que apresenta uma formação complexa formada por pessoas com salários insuficientes para a garantia de vida digna. Nisso, como parte da classe trabalhadora, há muitas pessoas que envelhecem e ainda continuam vendendo sua força de trabalho para sua subsistência e de seus familiares.

O processo de exploração da força de trabalho no sistema capitalista, embora universal, apresenta especificidades de intensidades diferenciadas. A “feminização da velhice” é mencionada, destacando que as mulheres vivenciam o envelhecimento de maneira diferente, enfrentando disparidades históricas no trabalho. A condição da mulher idosa é analisada sob a perspectiva de gênero, evidenciando desigualdades sociais e culturais que precisam ser desconstruídas.

As desigualdades sociais prevalecem latentes para mulheres, principalmente a trabalhadora idosa de países dependentes como o Brasil<sup>8</sup>. A construção sociohistórica entre homens e mulheres é ideológica sobre gênero, sexualidade e capacidade a partir da cultura patriarcal da sociedade capitalista. É preciso afirmar que as divisões sociais e sexuais, dentre outras, valorizam o homem, como provedor do lar, e à mulher são atribuídos papéis secundários, frequentemente no campo da reprodução social e do cuidado, invisibilizados de consumo imediato com valor de uso tais como afazeres domésticos e cuidados com a família.

O texto questiona como o Serviço Social brasileiro lida com as novas e antigas relações de trabalho da trabalhadora idosa, considerando a importância da intersetorialidade das políticas públicas para garantir direitos constitucionais. O desafio de mudar hábitos e costumes da sociedade em relação à velhice é ressaltado, especialmente para as mulheres idosas que enfrentam estigmas mais intensos.

Finalmente, destaca-se o papel do Serviço Social em interagir com políticas e direitos sociais, não se abstendo do exame crítico do

---

8 O debate sobre o capitalismo dependente é denso, heterogêneo e complexo. Sua atualidade é inegável, ainda que seja necessário abordá-lo a partir do atual estágio de acumulação capitalista. Sobre esse debate algumas referências são imprescindíveis: Marini (1973), Fernandes (2009), Ianni (2019), Oliveira (2003) e Katz (2020), por exemplo.

envelhecimento populacional. A necessidade de desconstruir a imagem negativa da pessoa idosa e promover mudanças sociais e culturais é enfatizada, reconhecendo que a maioria da população brasileira alcançará essa fase da vida. E ainda, fica constatada a necessidade equiparação salarial, investimentos em políticas públicas sociais específicas para mulheres para a garantia de acesso à educação, saúde, moradia, assistência social, cultura, esporte lazer e todos os demais bens e serviços socialmente produzidos. A situação atual que marca essa desigualdade de gênero tem como um dos fatores determinante a estrutura de herança colonial, desigualdade de gênero e segregação racial em um contexto neoliberal com o capital financeiro globalizado que resulta, mundialmente, na concentração de riquezas em determinados países desenvolvidos e, internamente em determinadas regiões, estados ou mesmo em algumas cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28693](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28693). Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BOURGUIGNON, J. A. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 302-212, jul./dez. 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático no Brasil. XX SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, de 24 a 27 de setembro, Córdoba,

Argentina, 2012. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/K27R5ULO0r1Qq31quL42.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

BULLA, Leonia Capaverde; KUNZLER, Rosilaine Brasil; ALVES, Vanessa Castro. A Interface entre gênero, trabalho e velhice: novos desafios para o serviço social. PUC- RS, Londrina PR, de 9 a 12 de junho de 2015. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8009/2/A\\_Interface\\_entre\\_genero\\_trabalh\\_o\\_e\\_velhice\\_novos\\_desafios\\_para\\_o\\_Servico\\_Social.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8009/2/A_Interface_entre_genero_trabalh_o_e_velhice_novos_desafios_para_o_Servico_Social.pdf). Acesso em: 20 nov.2020.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Derechos de las personas mayores retos para la interdependencia y autonomia.** Autor institucional: NU. CEPAL. Signatura: LC/CRE.4/3/Rev.1176 p. Editorial: CEPAL, Outubro, 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/41471-derechos-personas-mayores-retos-la-interdependencia-autonomia>. Acesso em: 15 set. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1977.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo, Global, 2009.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice.** São Paulo: Cortez, 2016.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** São Paulo, Expressão Popular, 2019.

KATZ, Claudio. A teoria da dependência 50 anos depois. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

LUKÁCS, Georg. Para a ontologia do ser social. v. 14. Trad. Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARXIST Internet Archive. **Biblioteca**. 2020. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/biblioteca.htm#h>. Acesso em: 11 set. 2020.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Biblioteca básica do Serviço Social, v. 5. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Formação em serviço social, política social e envelhecimento populacional. **Revista SER Social**, Brasília, v. 21, p. 241-257, jul.-dez. 2007. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/download/12742/11143/23028](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/12742/11143/23028). Acesso em: 18 dez. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 101, p. 25-39, jan./mar. 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VITALE, Maria Amalia Faller. **Família, redes, laços e políticas públicas.** Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 93-105.